

REQUERIMIENTO N.º 10, DE 2019
(Do Sr. Alex Manente)

Requer a criação de
Subcomissão Especial de
Saneamento.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no artigo 29, inc. II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, a criação de Subcomissão Especial de Saneamento, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, para discutir o modelo institucional do setor, de modo a superar os graves índices hoje observados no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa a criação de uma Subcomissão de Saneamento no âmbito desta Comissão, para discutir o modelo institucional do setor, de modo a superar os graves índices hoje observados no Brasil.

Não é necessário ressaltar a importância e a urgência de se avançar, e muito, na questão do saneamento básico no país. Cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, e em torno de 104 milhões de pessoas não tem acesso à coleta de esgoto. Além disso, do esgoto coletado, apenas 42% é tratado.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 15 mil pessoas morrem no Brasil todos os anos devido a doenças ligadas à precariedade do saneamento, e, em duas décadas, esse quadro pode ceifar a vida de 255 mil brasileiros, caso perdurem os baixos investimentos hoje observados.

Ainda segundo a OMS, o Brasil encontra-se na 123ª posição do ranking do saneamento, mesmo sendo a 9ª maior economia mundial. Para o enfrentamento desse grave quadro, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) previu a

universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos até 2033, meta que precisará ser postergada para 2050 em função da significativa diminuição nos investimentos necessários.

Além da precariedade no atendimento à população, é preciso enfrentar problemas estruturais ligados à operação e manutenção desses serviços. Destacam-se os elevados índices de desperdício de água tratada, que em 2016 alcançaram uma média nacional de 38,1%.

São dados alarmantes, que dificultam a melhoria dos índices de desenvolvimento humano (IDH) e trazem sérios prejuízos sociais e econômicos a diversos setores produtivos, retardando o desenvolvimento da nação.

Diante do exposto, é de extrema prioridade enfrentar essa grave situação, considerando sobretudo os amplos benefícios advindos da universalização, e contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de março de 2019.

Deputado ALEX MANENTE
PPS/SP